

RELATORIO

APRESENTADO

AO

CONSELHO MUNICIPAL

PELO

Cons. Antonio Carneiro da Rocha

NA

Sessão plena de 27 de Fevereiro de 1909

ARQUIVO MUNICIPAL

Biblioteca

Reg. N.º 2248

Data 20.09.1991



1. 10. 1909



BAHIA

TYP. BAHIANA, DE CINCINNATO MELCHIADES

25 — Rua do Arsenal de Marinha — 25

1910



Illms. Srs. Membros do Conselho Municipal.

EM cumprimento do n. 5 do art. 42 da lei n. 478 de 30 de Setembro de 1902, venho trazer-vos o relatorio sobre os diversos ramos da administração municipal e necessidades do municipio, e, como é a primeira vez que cumpro semelhante dever, releveis que seja um pouco franco e demorado na apreciação dos factos.

De todas as administrações que me têm sido confiadas, a mais difficil é, sem duvida, a que exerço, como intendente deste municipio, já pelos defeitos da lei supracitada, já pelas difficuldades provenientes de erros accumulados e, principalmente, pela diversidade e importancia das funcções, não podendo o intendente dizer, como o Pretor romano que não cuidava das cousas minfmas, porque é obrigado a superintender todos os serviços, desde a quitanda ambulante, o lixo das ruas, os conductos de materias focaes e pluviaes, até as altas questões de hygiene, de assistencia publica, de instrucção e de finanças.

O intondente municipal bahiano não tem funcções livres e de accordo com o seu papel de executivo e de administrador da cidade, porque a cada momento encontra obstaculo no systema e textos da preindiciada lei de reorganização municipal, que ora confunde o que é executivo com o legislativo, ora restringe as funcções daquello

poder e em muitos casos se expressa confusa e inconvenientemente, de modo que a acção do executivo não é independente, como deve ser. Percorrei a legislação municipal e os actos do conselho e encontrareis a procedencia da proposição, que enunciei, verificando-se a cada momento que o legislativo faz-se executivo, absorvendo attribuições deste outro poder, organiza regulamentos e instrucções, minuta contratos, chegando até a indicar o edificio onde devem ser feitos os exames escolares!

O intendente municipal bahiano não administra, como devia, ainda que disponha da mais ampla confiança do conselho e com elle viva na maior cordialidade, a menos que não queira absorver funcções, parecendo que a lei n. 478 foi elaborada para municipios nos quaes a administração não devesse ser autonoma e antes severamente tutelada, ou no desejo de estabelecer uma lucta inconveniente e continua entre o legislativo e o executivo.

O que digo com relação ao executivo municipal tem intima applicação ao legislativo, que não é tambem independente e não pode fazer tudo quanto quizer em bem do municipio, porque a lei invocada lhe oppõe limites.

A administração municipal foi commettida ao conselho e ao intendente, aquelle como poder legislativo e este como executivo, ambos instrumentos e representantes do municipio e aos quaes a Constituição estadual commetteu o *seu governo interno, administrativo e economico e administração livre dos bens e rendas municipaes*. E, sendo assim, como ao conselho ficar vedado o direito de perdoar dividas activas, de transigir sobre o credito do municipio e de alienar bens municipaes?

Porque prohibir que o conselho possa perdoar dividas activas, em cuja classe estão as multas comminatorias por falta de pagamentos de impostos?

Porque razão não consentir-se que o conselho aliene bens do dominio privado do municipio, quando haja alguns imprestaveis ou que não convenha possuir?

O que se comprehende é que se deveria consentir que o conselho pudesse perdoar dividas e alienar bens do municipio, mas tomando certas cautelas, a fim de que essas faculdades fossem uma funcção do poder legislativo, que si deveria dispor dos proprios municipaes em certos e determinados casos e mediante a solennidade

indispensavel da hasta publica, como se dá pela legislação civil, quanto á alienação dos bens de orphãos.

Que é dessa *autonomia* do conselho, assegurada pela Constituição de 2 de Julho *em tudo quanto fôr do peculiar interesse do municipio*, quando o mesmo conselho se vê cerceado em suas attribuições?

Essas restricções não se encontram na Constituição do Estado, que era a unica competente para, na organização do poder municipal, estabelecer os preceitos que entendesse para o bom governo das edilidades.

Ha necessidade, portanto, que seja reformada a lei n. 478, principalmente no sentido de traçar com exactidão as raíças dos poderes legislativo e executivo municipaes, cada um girando em uma esphera de acção propria ainda que harmonicas e visando o interesse commum e a felicidade do municipio.

Essas difficuldades não são as unicas que embaraçam a administração municipal, chegando ás vezes ao ponto de desanimar o mais dedicado e patriota administrador.

A propria natureza, nesta cidade, levanta *obices* a melhoramentos, obrigando a não tental-os ou a realizal-os com grandes dispendios.

Todas as resistencias se oppõem á administração da cidade, uns querendo tirar todas as vantagens do poder publico municipal, outros reagindo contra certas reformas e a maior parte indifferente e poucos offerecendo o seu concurso.

O proprietario nem sempre é prompto no pagamento dos impostos e, quando emprega os seus capitães no augmento de edificação, é procurando obter a isenção de decimas, porque construiu *em terreno baldio, recuou ao alinhamento ou melhorou a esthetica de seu predio*, ainda que este augmentasse de valor e lhe proporcionasse melhor renda.

Se o proprietario é intimado para asseiar seu predio e fazer certas obras exigidas pela hygiene e construir o passadio, não obedece á intimação e, não tendo a Intendencia a faculdade de mandar fazer por administração as obras necessarias, com certeza do embolso das despesas, fica indibrida, restando o alvitre da multa, o que de modo nenhum satisfaz, porque ahí ficam os inconvenientes e prejuizos que se quiz remover.

A população não comprehende o valor da hygiene como o factor principal da conservação da saude, faz das ruas o rece-

ptaculo de todos os residuos, de modo que será preciso que o serviço da limpeza da via publica seja feito a toda hora.

A falta de uma boa rêdo de esgotos obriga a usar-se das fossas fixas e a fazer-se o despejo nas sargetas, e algumas vezes nas ruas.

A falta de calçamento em quasi toda a cidade e o máo estado delle em algumas ruas diffulta um bom serviço de asseio. A cidade, de um pequeno littoral, sem appparelhos precisos para embarque e desembarque de passageiros e descarga de materiaes, traz o espectaculo de viverem os caes mais importantes e centraes sempre empachados de volumes e produzindo um máo effeito e difficuldade a quem se utiliza delles.

O municipio está passando por grandes melhoramentos e transformações, para os quaes não estava appparelhado com os meios materiaes necessarios, provindo d'ahi os inconvenientes, que todos experimentam. Addicione-se a tudo isso o máo estado financeiro do municipio, que traz a negligencia e o máo estar do funcíonismo, de cuja actividade, zelo e probidade se precisa, estado esse que prohibe se emprenda algum serviço e melhoramento novo, ainda mesmo necessario.

Eis apontadas as causas que me têm levado, a quasi nada emprender durante um anno de administração e a viver atormentado por uma divida fluctuante, cujos credores diariamente me procuram para cobrar os seus creditos, de data de 1900 até o anno de 1907.

Não tenho tido coragem de imitar os meus antecessores, que emprehenderam e realizaram melhoramentos, deixando de pagar as respectivas contas.

Enquanto não conseguir pôr em bom caminho as finanças municipaes, me limitarei a despesas inadiaveis, quaesquer que sejam os juizes e commentarios que se quiciram fazer sobre a minha administração, sendo possível que, se a Providencia Divina não me auxiliar, para sahir da situação difficil em que me acho, passe a outras mãos o leme da não que me foi confiada, por julgar-me impotente para fazer uma navegação calma e proveitosa, sob o impulso de ventos bonançosos.

Só peço a mais rigorosa justiça aos meus concidadãos, que sabem que não contribui para este estado de cousas e que tenho

envidado todas as energias de meu espirito e toda a minha actividade para corrigir os vicios, que encontrei, e levar a cidade a uma melhor situação.

FINANÇAS MUNICIPAES

Julgando da maxima importancia este assumpto, o qual constitue a minha principal preocupação, desde que assumi a administração municipal, consenti que trate delle antes de outros, que devem entreter a vossa attenção.

Encontrei as finanças municipaes, não irremissivelmente perdidas, mas complicadas, devido a erros accumulados, ao desprezo completo das rendas publicas e ao nenhum cuidado na decretação das despesas, principalmente as de caracter pessoal.

A legislação municipal, apreciada com imparcialidade, demonstra que não tem havido escrupulo na decretação das despesas, fazendo-se concessões, algumas de caracter individual, e outras que hão desfalcado a receita.

Dentre estas, não posso deixar de destacar as muitas leis referentes á isenção de decimas e ao pagamento deste imposto em prestações a longo prazo, e, entre aquellas, dispositivos legaes sobre o funcionalismo, concedendo que se compute por inteiro, para a percepção de addicionaes e para aposentadorias, tempo de serviço federal ou estadual, resultando dahi que o municipio já está pagando acrescimo de vencimentos a funcionarios com pouco tempo de serviço municipal e aposentadorias se preparam nas mesmas condições.

Entendo que o municipio só deve remunerar serviços prestados em seu beneficio, maximé em um regimen de federação.

Pelas leis de excepção, de isenção, a que alludo, o imposto da decima, que é o melhor do municipio, não produz o que devia, e semelhantes concessões inutilisam a factura de uns certos melhoramentos, porque, realizados elles, a decima diminuirá, porque as construcções em terreno baldio, as que forem feitas para melhorar o alinhamento e a esthetica das casas têm isenção de decima, e algumas ha que estão isentas por espaço de trinta annos!

Graças a não haver no Rio de Janeiro taes concessões é que o benemerito engenheiro Passos conseguiu elevar extraordinariamente a renda daquelle municipio, porque uma avenida, uma rua que abria, um edificio que demolia ou cortava dava immediatamente um augmento no imposto predial pelas construcções, que surgiam.

Cumpre, pois, acabar com estas isenções, que nem ao menos têm produzido os resultados que as determinaram, o incremento das edificações.

Quando assumi a administração, encontrei o municipio sobre-carregado do passivo seguinte:

Apolices do valor nominal de 1.000\$000, a juros de 5 % 1.718:000\$000.

Letras passadas pelos ex-intendentes Dr. J. E. Freire de Carvalho e Dr. A. Victorio de A. Falcão, a juros de 10 % e resgataveis em 20 annos, 1.243:205\$000.

Letras a prazo fixo, passadas a diversos credores e exgíveis no fim de 6 mezes, 958:950\$000.

Juros devidos das apolices supraindicadas e do empréstimo da resolução n. 219, bem como uma amortização deste, 159:000\$000.

Contas por obrigações diversas, inclusive vencimentos atrasados de empregados municipaes, 1.600:000\$000.

Sommando todos estes encargos 5.579:155\$000.

Além deste debito, o municipio contrahiui com *La Banque de l'Union Parisienne*, com séde em Pariz, um empréstimo de frs. 25.000.000 a juros de 5 %, ao anno. typo de 82 e amortizavel em 30 annos, a começar de 1.º de Janeiro de 1911.

Deste empréstimo, a Intendencia saccou, até 31 de dezembro de 1907, 9.981:069\$298.

Em 1907 a receita foi de 9.854:119\$366, a saber:

Saldo de 1906	90:413\$217
Impostos	1.768:663\$196
Saqueos por conta da resolução n. 150 (empréstimo externo)	5.332:921\$738
Movimento de letras e banco	2.662:120\$210

A despesa no mesmo exercicio foi 9.824:953\$479, a saber:

Despezas diversas.....	3.146:950\$995
Pagamento por conta da resolução n. 150.....	4.046:251\$683
Movimento de letras e banco.....	2.632:450\$801

Em 1908 a receita foi 5.417:626\$634, a saber:

Saldo de 1907.....	145:794\$894
Impostos.....	1.906:943\$356
Saques por conta da resolução n. 150.....	2.015:378\$025
Movimento de letras e banco.....	1.349:510\$359

A despesa no mesmo exercicio foi 5.402:899\$462, a saber:

Despezas diversas.....	2.548:646\$756
Pagamentos por conta da resolução n. 150.....	1.927:391\$521
Movimento de letras e banco.....	926:861\$190

No anno de minha administração foi este o movimento:

Exercicios findos, inclusive vencimentos de empregados, professores e pensionistas, relativos a mezes de 1907.....

909:859\$128

Letras pagas.....

789:400\$000

Vencimentos de empregados, professores e differença de ordenados de mezes de 1908.....

348:319\$699

Letras reformadas.....

437:000\$000

Resgate de apolices.....

90:500\$000

Resgate de titulos.....

59:099\$000

Obtive, no mesmo periodo, uma renda de 1.906:943\$696, quando n do exercicio anterior foi 1.768:663\$696.

A renda da taxa d'agua, que no anno de 1907 foi de 486:918\$790, subiu, no anno ultimo, a 521:770\$000.

Por todos estes algarismos e informações, que vos offereço, posso garantir-vos que o orçamento municipal se equilibrará, uma vez que consiga um emprestimo, que me habilite a pagar a divida de exercicios findos e alguns titulos de prazo fixo e outras de juro alto, porque estas rubricas desapparecerão do orçamento da despesa, para serem substituidas pela do serviço do empréstimo, que houver contratado, o que será facil de demonstrar.

Segundo o orçamento vigente, a verba de exercicios findos é de 1.900:000\$000.

Juros dos titulos dos emprestimos de 1902 e 1907,

na importancia de 1.253:205\$000..... 124:320\$500

Resgate annual de alguns desses titulos..... 74:500\$000

Juros de outros titulos que devem ser resgatados

e que vencem o juro de 10 %..... 50:000\$000

2.148:820\$000

Esta importancia desaparecerá do orçamento para ser substituida pela de 150:000\$000, juros do novo emprestimo de 3.000:00\$000.

Feita a addição dos juros do novo emprestimo e feita a subtracção das rubricas, que desaparecem, na importancia de rs. 2.148:820\$000, ficará a despesa municipal reduzida a 4.340:165\$932.

Ora, sendo a receita de 4.130:134\$000, haverá apenas um *deficit* orçamentario de 190:825\$932, que poderá desaparecer com o augmento esperado da receita.

Tenho toda a esperanza que a receita do corrente anno se elevará á orçada, attendendo-se a que a arrecadação dos impostos está sendo cuidada, que a taxa d'agua subirá pelas distribuições domiciliarias, que vão ser iniciadas, e tenho fé de poder neste anno arrecadar a taxa do esgoto, que não figura no orçamento, por isso que confio que as obras de um districto ficarão promptas para serem utilizadas pelos proprietarios.

Pensando, desde os primeiros dias de administração, que só com o auxilio de um emprestimo poderia equilibrar o orçamento e sahir da posição afflictiva em que me tenho achado, com tantos credores pedindo diariamente o pagamento dos seus creditos, procurei ver se podia levantar um emprestimo no Banco da Republica e não consegui, porque os estatutos d'aquelle importante estabelecimento de credito prohibem emprestimos aos municipios, só permittindo á União e aos Estados.

Nada conseguindo no paiz, dirigi-me ao estrangeiro, e ainda não perdi a esperanza de obter o emprestimo; que julgo necessario para

equilibrar as finanças municipaes e emprender algum melhora-mento.

Devo, antes de passar a outro assumpto, informar-vos que os juros do emprestimo externo são tirados das taxas d'agua e o restante da renda ordinaria, que por isso não chega para solver todos os compromissos ordinarios.

Aquellas taxas deram no anno passado mais 34:851\$200 do que no anno de 1907, e se elevarão quando se fizerem as ligações domiciliarias, o que já se obterá este anno, com a vinda d'agua dos novos mananciaes.

Uma vez folgada a receita ordinaria dêsse desvio para os juros do emprestimo externo, poderá o municipio deixar de dever aos seus empregados quatro mezes de seus vencimentos, porque tem subido a 390:000\$000 annuaes o referido desvio.

Tenho sido acicamente censurado, por deixar de pagar vencimentos aos empregados municipaes, chegando um jornal vespertino, que se edita nesta cidade, a escrever: «demora o pagamento áquelles que emprestam dinheiro como negocio explorando o juro, áquelles que collocam a rendimento. Esses ainda podem esperar, estão seguros e não perderão o lucro».

Estas proposições envolvem uma contradição e são insustentaveis.

Em primeiro lugar, tenho pago mais de 400:000\$000 de vencimentos atrasados.

Em segundo lugar, só posso sair da situação afflictiva, em que me acho, pedindo recursos ao credito; e como hei de conseguir esse resultado, malbaratando o credito municipal?

Em terceiro lugar, a doutrina moderna, que regula as relações do funcionario com a administração publica, é que entre aquelles e esta ha um contrato bilateral, que deve ser respeitado reciproca-mente, e como se aconselha que deixe de pagar ao que emprestou os seus capitães, que o fez egualmente por um contrato?

Em quarto lugar, contratos ha a juros de 10 % e com multa de dez contos na mora do pagamento depois de certo prazo.

Posso deixar de preferir esses pagamentos?

Em quinto lugar, ha muitos credores de juros que não tenho

meios de deixar de pagar-lhes, porque em quasi todos os empréstimos ha a clausula de serem recebidos os respectivos titulos como dinheiro no pagamento de impostos, de modo que o pagamento a esses credores é fatal, por ser independentemente da vontade da intendencia. O resultado dessas clausulas contratuaes é que, em vez de receber dinheiro de contado para pagar os empregados, recebe a intendencia titulos, que ficam resgatados.

Quererão, porventura, os meus injustos censores que deixasse de pagar os juros da divida estrangeira quando, além de ser tambem um contrato, preciso de recorrer a capitães estrangeiros, por isso que no paiz não os encontro?

Enão pensem esses ideologos, que me censuram, que todos os credores de juros tenham recebido amortização e juros de seus titulos: estão elles esperando como os empregados, que tambem têm os seus vencimentos seguros e gozam das vantagens da aposentadoria e do monte-pio.

Ainda não pude pagar a illuminação publica do anno passado, á Santa Casa de Misericordia, que faz a assistencia que cabe ao municipio, e ao negociante que fornece todo o material para o expediente das diversas repartições municipaes, e todos esses credores têm avultadas quantias a receber, em virtude de contrato.

Nada tenho comprehendido que haja tido compromisso para o municipio: a minha administração tem levado a pagar dividas dos meus antecessores e a custear e collocar condutos de matérias fecaes e aguas pluvias.

Hei investido contra todos os contractors, não tenho feito negocios e as tratativas que me cabem por lá têm sido pagas depois que os empregados recebem os seus.

Protesto a quem quer que seja, que não ha um acto que fare da minha administração a fôrça de mão e de misericórdia; e quem assim proceder não tem medo de ser tratado como criminoso.

O que posso, e sou obrigado a fazer, é buscar aliviar, indicar meios que se possam fazer applicações de dinheiro daquelle orçamento e de outros que se possam.

Fica explicada a situação financeira do municipio e o meu procedimento diante della.

OBRAS DO SANEAMENTO E ABASTECIMENTO D'AGUA

Logo que entrei no exercicio da intendencia, procurei ficar ao corrente do que havia a respeito do saneamento e abastecimento d'agua para esta cidade, quer relativamente ao contrato para as obras, quer sobre as que se achavam feitas. Examinei, cuidadosamente, o contrato de 19 de Maio de 1905 e o termo de novação do mesmo contrato, que tem a data de 14 de Agosto de 1906 e transportei-me ás localidades onde se estavam fazendo as obras. Effectivamente, dirigi-me aos sitios do *Saboeiro*, do *Cascão*, da *Cachoeirinha*, do *Pituassú*, encontrando nas tres primeiras localidades, em activo andamento a construcção dos tres tanques e no Pituassú apenas cavada a bacia, procedendo-se ao destocamento das arvores alli existentes. A casa que devia abrigar as bombas de recalque tinha as paredes levantadas sem o competente travejamento e cobertura: em muitos pontos da estrada vi os tubos que deviam ser collocados para trazer as aguas das referidas bacias para a *Duna Grande* e desta para a cidade.

Da *Duna Grande* apenas o projecto, os filtros e as demais obras complementares em começo e muito material no caes desta cidade.

Neste meu exame, recebi logo a impressão de que as bacias em construcção eram antes tanques de accumulação de aguas de chuva, do que de captação de aguas de rios, porque vi pequenos regatos despejando nas ditas bacias.

Com relação ao contrato, tive de verificar a procedencia das muitas censuras, que se fizeram ao ser elle celebrado, e essas censuras, que vinham de longe, chegaram até esse conselho que, pela Resolução n. 269 de 2 de Abril de 1908, auctorizou esta intendencia a entrar em accordo com os contratantes ou rescindir o contrato, por consideral-o lesivo aos interesses do municipio.

Deante da manifestação desse conselho e da opinião que formei sobre os grandes defeitos e inconvenientes do contrato, parecia

que devia agir no sentido daquella indicação; e cheguei a convidar os contratantes para uma revisão do contrato, mas elles se negaram a isso e só me restava provocar rescisão do mesmo pela via judicial.

Para tomar uma deliberação de tanta magnitude, tive de examinar as vantagens da rescisão, confrontando-as com os inconvenientes que poderiam della provir, e, depois de maduro exame e de muito reflectir, resolvi não adoptar semelhante alvitro, por nenhuma vantagem advir para o municipio, e antes seria uma medida inconveniente e até desastrosa, o que é facil de demonstrar.

Quando assumi o exercício do cargo de intendente, encontrei uma crise aguda de falta d'agua, tendo necessidade de valer-me das aguas do Tanque de Campinas, de sorte que não podia demorar um instante em activar as obras começadas, alim de que não fôssemos apanhados por uma nova crise: mas, se tentasse a rescisão judicial, as obras ficariam paralyzadas, até que a rescisão fosse decretada e não saberia quando isso devia acontecer, attendendo-se ás delongas dos nossos processos judiciais. Enquanto não fosse decidido o pleito, as obras paralyzadas se damnificariam ou desapareceriam; os contratantes haviam de empregar todos os recursos de defeza até a instancia final, e durante o processo nada adiantariamos, quanto ao supprimento d'agua á cidade.

Por outro lado, não poderia provocar a rescisão pelo vicio de lesão enorme do contrato, porque entendo que os contratos com o poder publico não podem ser atacados por esse vicio, visto não se poder admitir que a administração publica possa ser *enganada ou victima de lesão*, dispondo de tantos elementos de apreciação.

Mas, suppondo que se pudesse conseguir a rescisão por outro motivo que não fosse fornecido pelos contratantes, teria o municipio de indemnisar a estes, talvez com quantia superior á que pudesse lucrar com seguir as obras por outro contratante ou por administração.

Uma outra razão poderosissima impressionou-me para não tentar a rescisão do contrato, e foi que os juroa que pagavamos

do empréstimo, não paravam e só elles cobririam as diferenças que obtivessemos de melhores unidades de preço.

Por todas estas razões, qual mais valiosa, resolvi não tentar a rescisão do contrato e antes fazel-o cumprir com maior actividade é rigor de fiscalização, fazendo desaparecer inconvenientes e prejuizos decorrentes de erradas interpretações de algumas de suas clausulas.

Quando assim havia resolvido, retirou-se um dos socios da firma contratante, e tendo de assumir a responsabilidade do contrato o socio restante, obtive deste algumas concessões sobre o modo do pagamento das contas, encommenda do material e redução a 15 % do beneficio de 25 %, que os contratantes gosavam sobre o preço de todo o material importado pela clausula 9.^a do termo de novação do contrato de 14 de Agosto de 1906.

Poderia ter conseguido outras vantagens, se não tivesse necessidade de, quanto antes, trazer a agua para a cidade e se pudesse interromper o seguimento dos juros do empréstimo, factores estes que, só por si, determinaram não poder esperar até conseguir as ditas vantagens.

Deliberada a continuação do contrato, procurei indagar se havia sido importado todo o material preciso para a conclusão das obras e, como faltasse algum, tratei de mandar buscal-o, o que, effectivamente, se realizou com vantagem para o municipio, pois que o dito material foi importado pelo preço corrente da praça, quando todo o anterior havia sido pelos preços apresentados pelos contratantes.

Importado todo o material, proseguiram as obras, com a maxima actividade, de modo que as quatro bacias ficaram promptas e se acham cheias d'agua, sendo que tres já sangram; ficaram em estado de funcionar dois filtros e os tanques de recolhimento e de sucção; o edificio das bombas está concluido e ellas funcionando; as indicadas bacias estão ligadas aos filtros e aos tanques, de onde devem as aguas ser recalçadas para a grande caixa denominada *Stand Pipe* ou *Duna Grande*, esta com toda a canalisação precisa para trazer a agua para a cidade, e á hora em que estou escre-

vendo este relatorio tenho noticia de que já chegam ao reservatorio do Queimado as aguas dos novos tanques.

Admira como em um anno se fez tanto!

Conseguindo o que venho de descrever, julgo estar resolvido, por alguns annos, o problema do fornecimento d'agua a esta cidade, restando apenas as ligações domiciliarias, que ordenarei, logo que estiverem concluidas as experiencias e ficar conhecido que tere-mos agua continua na cidade.

Deante de todos estes resultados, não foi melhor que não rescindisse o contrato? Se tentasse fazel-o, ondê estariam as obras e quando conseguiriamos ter agua para as necessidades da população, que cresce, e da hygiene, que cada dia se torna mais exigente?

Não obstante não estarem concluidas as obras e tendo informações de que poderiam ser augmentadas as pennas existentes, ordenei esse augmento, logo que assumi a administração, o que deu logar a obter no semestre ultimo uma renda de mais 34:852\$000.

O emprestimo a que acima alludi, para o serviço de saneamento desta cidade, foi de 25.000.000 de francos; achei despendidos 9.081:669\$248 e durante a minha administração despendi 1.521:046\$998, e devo dizer-vos que tendo sido esse emprestimo contrahido para o serviço d'agua, esgotos e construcção de mercados, não chegará para o primeiro serviço, facto este devido a não ter precedido o estudo completo do projecto, nem orçamento exato das obras, e ao exagero dos preços do contrato.

Encontrei em andamento as obras dos esgotos em um districto, nias, receiando que a importancia do emprestimo mal chegasse para o serviço das aguas, ordenei immediatamente a redução daquellas obras, marcando uma quantia mensal para ellas, e não as suspendi por completo pela necessidade de garantir as obras já realizadas e ver se podia fazer funcionar ao menos um districto, o que, além das vantagens para a hygiene da cidade, trará alguma renda para o municipio.

Por ultimo, devo informar-vos que, quando precisei lançar mão das aguas do tanque de Campêas, para occorrer á falta quasi com-

pleta de agua nos tanques do municipio, a directoria da *Companhia Progresso Industrial* a principio recusou consentir em tal, recorrendo aos meios judiciarios, mas, afinal, consentiu, depois de tentar que assignasse um documento pelo qual me obrigava a indemnisar o aproveitamento das ditas aguas, ao que me recusei, por estar convencido de que o municipio é condômino das mesmas aguas e vae além o seu direito.

Creio ter trazido ao vosso conhecimento o que occorreu sobre tão importante serviço, restando prepararmo-nos para não parar, porque, se por alguns annos não tivermos falta d'agua, devemos, entretanto, preoccupar-nos do futuro, e o serviço de esgotos não pode ficar onde está, porque d'elle depende o saneamento desta cidade, onde se vê a cada canto uma fossa fixa, um conducto de materias feacas e de aguas servidas, a despejar pelas ruas ou pelos quintaes, sem a conveniente expedição.

ENSINO PUBLICO MUNICIPAL

Organizado o ensino municipal pelos moldes da lei de 20 de Abril de 1896 e regulamento de 11 de Maio do mesmo anno, não é distribuido convenientemente, por muitos motivos, decorrentes quasi todos da situação financeira do municipio.

A citada legislação, com alguns retoques, satisfará por algum tempo as necessidades do ensino, principalmente não dispondo o municipio de recursos pecuniarios para fazer melhor.

Temos professores que, não obstante as difficuldades que têm a vencer, cumprem satisfactoriamente a sua ardua e utilissima missão; haja vista o resultado dos exames ao encerrarem-se os cursos; mas falta-nos o predio escolar, o material do ensino e o mobiliario indispensavel, e sem estes elementos não se pode considerar que se tenha uma escola segundo as exigencias da pedagogia moderna.

O municipio não dispõe de um só predio escolar e as escolas funcionam nos predios onde habitam os respectivos professores, que percebem para isso uma gratificação, a titulo de locação, que elles não têm recebido pontualmente, pelo atrazo em que

estão os seus vencimentos, aos quaes aquella gratificação está unida.

Não possuindo o municipio predios escolares, os professores, quando escolhem os predios para nelles residirem, consultam antes ás conveniencias de sua habitação, do que ás necessidades do ensino, e d'ahi vem que quasi todas as escolas funcionam mal e fóra das exigencias da hygiene escolar.

Em virtude do estado financeiro do municipio, apenas pude dotar o Grupo Escolar da Penha de um predio espaçoso e bastante arejado, dispondo de commodos sufficientes para o seu regular funcionamento, e dotei-o da necessaria mobilia, que me foi cedida pelo governo do Estado, das muitas que recebeu dos Estados Unidos.

Tenciono montar convenientemente a Escola Modelo, para que seja um fóco de onde se irradiem a instrucção e a educação para as creanças e *dê aos professores municipaes a orientação pedagogica necessaria*, como foram os intuitos de sua criação.

Julgo, entretanto, que a referida escola deve ser dirigida por um professor competente, auxiliado por outros professores, e não sob a direcção reservada dos delegados escolares, que devem continuar a exercer sómente a função de fiscalizar, como prepostos da intendencia.

Tenho verificado que escolas ha que não têm a frequencia indispensavel para a sua continuação, e procuro certificar-me da causa desse facto, se a falta de população escolar, se a má collocação da escola, se defeito do professor que a rege, afim de prover do conveniente remedio.

Sinto que, pela má situação financeira do municipio, não tenha podido dispensar maiores cuidados a este departamento, talvez o mais importante da administração municipal, e que requer todas as atenções, em um meio em que o analphabetismo está extremamente desenvolvido; mas, logo que me desembarace dos apuros em que me debato, lançarei as minhas vistas para este ramo do serviço publico municipal.

HYGIENE MUNICIPAL

Tanto quanto a instrucção, a hygiene municipal merece todos os desvelos da administração, principalmente em uma cidade em que, por diversas causas, não se tem a noção nitida da necessidade desse meio de se preservar da molestia e cuidar da saúde da população. Quando assumi o exercício do cargo em que me acho, encontrei na inspeção da hygiene municipal o Dr. Joaquim dos Reis Magalhães, que, exonerando-se daquelle cargo, foi substituído pelo Dr. Antonio do Amaral Muniz, um dos delegados de hygiene municipal.

Prestou-me excellentes serviços esse distincto profissional, que se mostrou competente e zeloso no exercício do cargo que interinamente exerceu; mas, recusando-se á nomeação effectiva, tive a feliz lembrança de recorrer á reconhecida competência e estudos do Dr. Gonçalo Muniz Sodré de Aragão, que vae exercendo o cargo muito a contento desta intendência e correspondendo á confiança que nelle todos depositam.

Alguna coisa tenho feito de accordo com o indicado director, principalmente no tocante a conductos de materias feccas e de aguas servidas, e se mais resultados não se fazem sentir, é pela falta de recursos em uma cidade, onde não ha esgoto, não temos abundancia d'agua, o calçamento é defeituosissimo e a população em nada auxilia a administração e antes, pelos maus habitos, contribue para que não se tenha um bom serviço de saneamento.

De accordo com o illustrado inspector de hygiene, procuro adquirir o material indispensavel para termos um laboratorio de analyses chimicas e bacteriologicas, porque a cada momento se fica embaraçado nos exames, que devem ser feitos naquelle instituto.

Seria para desejar que a hygiene fosse uma só, a cargo da União, pelos interesses geraes, que estão ligados a este ramo de serviço publico; mas, existindo ainda tres hygieses, deve a municipal circumscrever-se ao circulo estreito de sua acção, como auxiliar da do Estado.

Em outros estados, esse serviço está concentrado nas mãos

do governo do Estado, que, além de outras razões, dispõe de elementos para occorrer ás necessidades, cada dia crescentes, de uma boa hygiene; mas, entre nós, ainda é encargo municipal.

OBRAS PUBLICAS

Devido ao máo estado financeiro do municipio, tenho-me limitado a fazer concertos e restaurações de conductos de fezes e de aguas servidas, tenho reparado muitos calçamentos e me animei a calçar o largo do Plano Inclinado e a rua Carlos Gomes, isto mesmo porque consegui adquirir as pedras por meio de pagamento, a prazo longo, da respectiva importancia, e tenho preparado os jardins da praça Castro Alves e da Piedade.

Logo que assumi o exercicio do cargo de intendente, nomeei tres comissões para se encarregarem dos melhoramentos de Itapagipe, do Rio Vermelho e do parque Duque de Caxias; essas comissões, até hoje, não deram começo aos ditos melhoramentos mas ainda espero que os distinctos cidadãos, que as constituem, venham em auxilio desta administração, que tem a intuição de seu dever e conhece as necessidades materiaes do municipio, possui planos de melhoramentos, para a abertura de avenidas e ruas, os quacs realizará logo que appareçam os recursos necessarios.

CORPO DE BOMBEIROS

Logo depois do pavoroso incendio, que devorou alguns predios na rua dos Droguistas e Taboão, no dia 13 de Março do anno passado, a *Associação Commercial* offereceu-se para organizar um regular serviço de extincção de incendios e, sendo acceto esse patriótico offerecimento, a mesma Associação procurou agir e encontrou o melhor acolhimento por parte do commercio e da administração do Estado e do municipio, deliberando o conselho municipal conceder a subvenção designada no orçamento e entregar todo o material existente.

Porque o conselho municipal demorasse a votação final do projecto, ou por qualquer outro motivo, que não pude alcançar, a referida Associação officiou me desistindo do tentamen offerecido.

Devo declarar-vos que o primeiro impeto foi entregar o serviço ás companhias de seguro existentes nesta cidade, como foi até ha poucos annos, por serem ellas as mais interessadas em um bom serviço de extincção de incendios; mas, considerando que este serviço é da competencia municipal, desisti de semelhante intento e procuro reorganizar-o, mas tenho encontrado embaraço na situação financeira do municipio para adquirir o material necessario e commodos para alojamento do corpo e abrigo regular para o material existente, assim como dar ás praças a conveniente instrucção.

Devo informar-vos que a «Companhia de Seguros Interesse Publico» mandou buscar muitos pannos de mangueiras e cedeu um de seus predios, á cidade baixa, devendo pagar-lhe o municipio quando puder.

Registro com alguma satisfação que, não obstante a falta dos meios necessarios, sempre que ha incendios, o corpo de bombeiros municipaes comparece e presta os melhores serviços, devendo-se exclusivamente á sua intrepidez e trabalho a extincção dos incendios.

Nem sempre é possível impedir que os predios sejam devorados, até mesmo nas cidades em que esse serviço está bem organizado, como no Rio de Janeiro, que possui um dos melhores.

GUARDA MUNICIPAL

Embora me houvesseis auctorizado a crear a guarda municipal e o orçamento vigente tenha consignado verba para esse serviço, não tenho tido coragem de installal-o, por não dispor de dinheiro para pagar pontualmente o respectivo pessoal; mas, logo que me veja mais alliviado, tratarei de organizar a dita guarda, que é indispensavel e deve prestar os melhores serviços, attendendo-se á má educação e aos vicios da população, que só serão corrigidos com a presença desses agentes municipaes, espalhados pelas ruas e jardins publicos.

MERCADOS

Pende de vossa deliberação um projecto sobre a construção de diversos mercados nesta cidade e convém que apresseis a vossa deliberação sobre este assumpto, porque temos necessidade de, quanto antes, acabar com essas quitandas ambulantes, que se encontram pelas calçadas, ruas e largos, pelo facto de não haver pontos onde se devam fazer essas feiras.

Possuimos na cidade baixa dois mercados municipaes, dos quaes um foi entregue á União, para nelle erigir o edificio para a repartição dos correios, obrigando-se o governo federal a dar-nos um outro, moderno, dentro de um anno. Já expirou este prazo e nem começado está o novo mercado, com prejuizo da renda municipal e das vantagens, que poderão delle resultar, e devo confessar que não tenho esperança de que o governo da União cumpra em prazo breve o compromisso, que tomou com a intendencia, constando-me que esse encargo passou para a companhia construtora das obras do porto.

Continúa o outro a ser aproveitado e a dar a renda ao municipio, e deverá ser entregue tambem ao governo da União; mas, posso garantir que só entregal-o-ei quando fôr entregue á intendencia o mercado promettido.

MATADOUROS

Possuimos dois, um no Retiro, para o abatimento do gado vaccum, e outro no Barbalho, para porcos e carneiros, e ambos se acham em más condições.

Poucos dias depois de assumir o governo municipal me dirigi ao primeiro dos indicados matadouros, e encontrei-o escorado, ameaçando ruina e em más condições hygienicas, fazendo-se a matança de um modo primitivo e lavando-se as visceras em uma agua immunda estagnada e completamente descalçados os curraes, onde o gado espera a matança.

Providencieei, immediatamente, no tocante á segurança do edificio e á sua hygiene, assim como sobre a pastagem do gado,

que é trazido para ser abatido; e se mais não fiz, foi por falta de dinheiro e por estar projectado um novo matadouro modelo.

Chegando ao meu conhecimento que as companhias *Linha Circular* e *Trilhos Centraes* haviam se obrigado a construir um novo matadouro, mandei convidal-as para assignarem o respectivo contrato, o que já consegui, ficando marcado o prazo de dois annos para entregarem-n'o prompto, não tendo restringido o referido prazo por ser o do contrato, no qual aquellas companhias se obrigam a construir o dito matadouro.

O novo estabelecimento será para o abatimento do gado vaccum, como do lanigero e suino.

Não obstante não achar-se construido o novo matadouro, onde deve ser feita toda a matança dos differentes gados, propuz a esse conselho a, desde logo, fazer a fusão dos dois matadouros, como medida economica e de administração, dando-se outra applicação ao edificio do Barbalho, e espero que me auctoriseis a realizar esse projecto, pois o matadouro do Retiro com pequenas obras, poderá prestar-se aos dois serviços.

REPARTIÇÕES MUNICIPAES

E' urgente que delibereis sobre a reforma das repartições municipaes, porque em geral estão mal organizadas e mal constituídas, não prestando os serviços necessarios e que dellas se devem esperar.

Fala-se, com alguma insistencia, que o funcionalismo municipal é excessivo e que deve ser reduzido.

A censura não é de todo verdadeira; pode ser reduzido o pessoal, mas não quanto se pensa pela variedade de serviços, que competem á administração municipal.

Além dos defeitos provenientes da má organização e constituição das repartições, o que está actuando é o atrazo do pagamento dos vencimentos, que torna muitos empregados negligentes e pouco assíduos.

Se conseguir pôr em dia os vencimentos dos empregados, chamal-os-ei ao cumprimento rigoroso de seus deveres, porque a admi-

nistração municipal tem muito a fazer e não sei administrar senão cumprindo cada um o seu dever.

PATRIMONIO MUNICIPAL

De duas naturezas é o patrimonio municipal: um em perspectiva, que é aquelle consistente nas diversas linhas de bondes e outros melhoramentos, que, expirando o prazo de concessão, devem reverter para o municipio: e outro, real, composto de grande extensão territorial, e de outros immoveis já incorporados e sob o exercicio do seu dominio e administração.

Por Thomé de Souza, o 1.º governador do Brasil, foi concedida a este municipio uma sesmaria de muitas leguas de terras, denominadas terras de *Itapoan, Ipitanga, Portão e Rio de Joannes*.

Não se sabe precisamente os limites dessa sesmaria, por nada constar de positivo em nossos archivos e não haver encontrado trabalhos de indicação e de demarcação.

Consta-me que existe uma *Memoria Historica das sesmarias da Bahia*, attribuida ao marquez de Aguiar, governador do Brasil em 1788, cujo original se encontra na Bibliotheca Nacional, a qual nos poderá fornecer completos e preciosos esclarecimentos.

Chegando ao meu conhecimento a existencia de tão fecundo trabalho, dirigi-me ao director daquella bibliotheca, solicitando um exemplar, ou uma copia, da indicada *Memoria*, e ainda não tive resposta, mas não descansarei até conseguil-a.

Auxiliado pelo intelligente e activo empregado da secção do tombamento, o Sr. Bemvenuto Carneiro, que tem pronunciada aptidão e gosto por estes trabalhos, tenho obtido muitos esclarecimentos sobre o patrimonio do municipio e conseguido que muitos cidadãos, que se achavam na posse de terras, tenham vindo reconhecer o nosso dominio, pagando os respectivos fóros e recebendo um titulo provisorio de seus aforamentos ou arrendamentos.

Ha mezes, ordenei á repartição do contencioso que medisse e demarcasse, amigavel ou judicialmente, todos os terrenos do dominio privado do municipio, afim de organizar um cadastro perfeito do que possui o municipio.

Além da sesmaria doada por Thomé de Souza, possuímos a extensa Fazenda Retiro, onde se acham o matadouro do mesmo nome e as duas bacias do Prata e Matta Escura, casa de machinas e filtros, a Fazenda Campinas, com as suas aguas e terras no antigo Engenho Cabrito, e outros immoveis dentro da zona urbana, que fui encontrar na posse de particulares, gosando como se fossem seus e percebendo rendimento.

Com a compra da **Companhia do Queimado** adquiriu o municipio todas as fazendas e immoveis, que a mesma possuia, o que se verifica da respectiva estriptura.

Para as obras do serviço de abastecimento d'agua foram desapropriados ao mosteiro de S. Bento e a outros proprietarios os terrenos aos mesmos pertencentes, onde se acham construidas as bacias do *Saboeiro*, *Cuscão*, *Cuchoeirinha* e *Pituassú*, de modo que ficou consideravelmente augmentado o patrimonio municipal com esses immoveis, devendo ser aforados ou arrendados os que não forem necessarios para a protecção das aguas armazenadas nas ditas bacias.

Como acima vos disse, tenho conseguido que muitos dos posseiros dos terrenos municipaes tenham vindo reconhecer os nossos direitos e legalisar a sua situação, e continuarei neste empenho, porque dali virá grande renda e o conhecimento exacto da riqueza immovel do municipio, ramo este do serviço publico que achei completamente descurado.

Deixo de indicar aqui todos os immoveis e bens, que pertencem ao municipio, por não poder neste momento afferecer-vos um trabalho satisfactorio, pela falta dos respectivos dados.

Já vos pedi auctorisação para fundir a secção do tombamento com a do concencioso, porque preciso de organizar convenientemente, e com urgencia, estes dois serviços, sob a direcção de um titular em direito, porque do serviço assim organizado dependem a arrecadação da divida activa e a determinação da grande extensão de terras e propriedades que possuímos.

No relatorio seguinte, espero dar-vos outras e mais completas informações, porque continuo a ligar todo interesse e actividade a esta parte importantissima da administração municipal.

CONCLUSÃO

Penso haver dado a esse conselho as informações que pude colher no primeiro anno de minha administração, e por ellas vereis como estão organizados os diversos serviços e quacs as responsabilidades, que pesam sobre nossos hombros. Tenho feito o que é humanamente possível para desempenhar-me da difficil tarefa que me foi commettida, chegando ás vezes a desfallecer, tantas são as difficuldades que hei encontrado; espero, porém, que o auxilio da Providencia Divina e a vossa collaboração patriotica me libertarão da situação tormentosa, em que tenho estado, durante o pequeno prazo que ha decorrido de minha administração.

Gabinete da Intendencia Municipal da cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, 20 de Fevereiro de 1909.

O INTENDENTE

Antonio Carneiro da Rocha.



ANNEXOS

Balanço da receita e despesa do Municipio da Capital do Estado da Bahia, durante o anno de 1908, inclusive o «Período adicional»

Artigos	SS	RECEITA		EXERCICIOS		TOTAL
		Lei n. 825 de 17 de Dezembro de 1906		CORRENTE	FINDO	
1	1	Exame feito no Laboratorio.....		30\$000		30\$000
»	11	Aferição de pozos e medidas.....		21:501\$000		21:501\$000
»	»	Idem do contador de gaz.....		82\$000		82\$000
»	12	Asseio.....		36\$000	133\$000	169\$000
»	15	Matadouro de S. José.....		2:644\$656	302\$000	2:644\$656
»	16	Aluguel de proprios.....		977\$500		1:279\$500
»	19	Multas por infracção de leis, etc.....		120\$000		120\$000
»	20	Póro de terreno.....		5\$000	32\$000	37\$000
»	25	Eventual.....		41:432\$220		41:432\$220
»	26	Multas por infracção de posturas.....		1:033\$000		1:033\$000
3	1	Imposto de caes.....		924\$160		924\$160
4	1	Decima urbana.....		1:000\$000	12:196\$532	12:196\$532
»	2	Averbações.....			90\$000	90\$000
»	3	Casa unica.....		100\$000		100\$000
»	4	Isenção de decimas.....			52\$500	52\$500
5	1	1/6 o/o sobre compra ou venda.....			100\$000	100\$000
»	2	Adicionaes sobre fumo, etc.....			50\$000	50\$000
»	3	Idem idem sobre joias, crystaes, etc.....			200\$000	200\$000
»	11	Hotéis.....			50\$000	50\$000
»	13	Restaurants.....			150\$000	150\$000
»	19	Companhia de carruagens.....			100\$000	100\$000
»	41	Fabrica de macarrão.....			30\$000	30\$000
»	51	Cabelleiros.....			50\$000	50\$000
»	54	Photographias.....			50\$000	50\$000
»	60	Fabrica de vinagre.....			50\$000	50\$000
»	62	Officinas.....			40\$000	40\$000

Artigos	SS	RECEITA Lei n. 825 de 17 de Dezembro de 1906	EXERCICIOS		TOTAL
			CORRENTE	FUNDO	
5	78	10 e 15 o/c de multas		1.266\$694	1.266\$694
6	h	Gado abatido no Retiro	4.794\$000		4.794\$000
>	k	Idem, idem no Barbalho.	690\$000		690\$000
>	l	Fatos ou fressuras	125\$000		125\$000
>	m	Gado condemnado.	14\$000		14\$000
>	n	Idem registrado em Campinas.	399\$500		399\$500
8	1	Emolumentos de titulos.	12\$500		12\$500
>	3	Registro e juramento	10\$000		10\$000
>	4	Portaria de licenças.	30\$000		30\$000
>	5	Termos de fianças.	140\$000		140\$000
>	7	Idem diversas.	117\$000		117\$000
>	9	Certidões	144\$000		144\$000
>	11	Visto de planta.	24\$000		24\$000
>	12	Valor official do predio	62\$000		62\$000
>	17	Registro de petições	371\$000		371\$000
>	1	Licença para edificar	285\$000		285\$000
9	2	Idem em virtude de posturas	120\$000		120\$000
>	21	Idem para guindastes	150\$000		150\$000
>	24	Idem idem palanques.	30\$000		30\$000
>	27	Idem idem espectáculos.	520\$000		520\$000
>	30	Idem idem idem publicos.	100\$000		100\$000
>	31	Idem idem cinematographos	150\$000		150\$000
>	33	Idem idem animal para agua	20\$000		20\$000
>	34	Idem idem disticos.			
>	36	Idem idem estabulos			
>	39	Idem idem toldos	130\$000	10\$000	140\$000
>	40	Licenças para cartazes	40\$000	60\$000	100\$000
>	42	Idem idem andaines	20\$000		20\$000
>	46	Matriculas	10\$000		10\$000
>			40\$000		40\$000

Artigos	SS	RECEITA Lei n. 825 de 17 de Dezembro de 1906	EXERCICIOS		TOTAL
			CORRENTE	FINDO	
9	47	Idem de estabulos.....	40\$000	20\$000	60\$000
»	52	Registro de abertura de casa, etc.	340\$000		340\$000
»	53	Transferencia de negocio.....	90\$000		90\$000
26	62	5 o/o addiconnes, etc.	1:577\$220	34\$8775	1:612\$095
26	R. D.	Multas por infracção do Regulamento da Decima Urbana.....	40\$000		40\$000
		Resolução n. 150 de 11 de Fevereiro de 1905.....	62:000\$604		62:000\$604
		Saldo que veio do «Periudo addicional».....	142:582\$260	15:023\$510	157:605\$770
					145:794\$804
					303:400\$655
DESPEZA					
2	1	Publicações, expediente, etc.	700\$000		700\$000
»	4	Mata-douro do Retiro.....	1:112\$500		1:112\$500
»	11	Obras municipaes.....	3:530\$840		3:530\$840
»	40	Restituições, porcentagens.....	303\$181		303\$181
»	43	Eventuaes.....	22\$000		22\$000
»	44	Exercicios Findos.....	719\$200		719\$200
»	49	Juros e amortisação da divida Fluctuante.....	41:800\$000		41:800\$000
		Banco da Bahia.....	158:000\$000		158:000\$000
		Resolução n. 150 de 11 de Fevereiro de 1905.....	67:055\$640		67:055\$640
		Importancia que passa para Fevereiro.....			273:255\$261
					30:145\$304
RECEITA					
1	8	Exame feito no Laboratorio.....	273\$000		273\$000
»	9	Fornecimento de plantas.....	80\$000		80\$000
»	10	Inspeção de machinas.....	60\$000		60\$000
»	11	Aferição de pesos e medidas.....	38:666\$000		38:666\$000
»	11	Idem do medidor de gaz.....	1:475\$000		1:475\$000
»	12	Asseo.....	43:898\$167	8:863\$332	52:761\$499

ANEXO	RECEITA Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907	EXERCÍCIOS		TOTAL
		CORRENTE	FINDO.	
1	15 Contrato com a Intendencia.	35:256\$004	2:225\$000	35:256\$004
1	16 Aluguel de proprios.	14:420\$000		16:645\$000
1	19 Infracção de leis e regulamentos.	8:760\$000		8:760\$000
1	20 Foro de terreno.	123\$350	203\$104	326\$454
1	21 2 5/10 de landimios.	322\$250	10\$000	332\$250
1	22 2 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	88316	23\$140	31\$454
1	23 Collectories.	8651\$217		8651\$217
1	25 Eventual (letras, movimento bancario)	1:308\$274\$579		1:308\$274\$579
1	25 Resolução n. 150 de 11 de Fevereiro de 1905 inclusive movimento bancario	1:953:317\$421		1:953:317\$421
1	26 Infracção de posturas, etc.	7:910\$000		7:910\$000
2	Exportação.	17:921\$614		17:921\$614
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	12:614\$280		12:614\$280
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	616:524\$395	205:462\$195	821:986\$590
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	17:120\$000		17:120\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	555\$000	705\$000	1:260\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	2:480\$000		2:480\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	31\$600		31\$600
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	168:489\$543	25:077\$111	193:566\$654
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	53:334\$315	6:584\$160	59:918\$475
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	20:540\$000	2:416\$666	22:956\$666
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	19:333\$333	4:050\$000	23:383\$333
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	18:833\$330	2:000\$000	20:833\$330
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	5:000\$000	1:000\$000	6:000\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	2:700\$000	2:416\$666	5:116\$666
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	2:450\$000	4:050\$000	6:500\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	2:450\$000	2:800\$000	5:250\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	950\$000	400\$000	1:350\$000
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	7:216\$666	1:100\$000	8:316\$666
3	1 1/10 sobre o valor de area de terrenos.	675\$000	150\$000	825\$000

Artigos

RÉCEITA

Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907

EXERCÍCIOS

TOTAL

CORRENTE

FINDO

5	15	Bilheteas.....	3:100\$000	850\$000	4:050\$000
»	16	Casa de penhores.....	300\$000		310\$000
»	17	Idem de cambiala.....	150\$000	150\$000	310\$000
»	19	Compra de carruagens.....	1:000\$000	1:050\$000	2:050\$000
»	20	Servico de carga da Carris Electricos.....	1:500\$000		1:700\$000
»	24	Pontes.....	250\$000		260\$000
»	25	Schipelandiers.....	500\$000	531\$708	1:031\$708
»	26	Pharmacias.....	3:312\$500	1:222\$500	4:535\$000
»	27	Deposito de carydo.....	3:000\$000		3:000\$000
»	28	Comerciante de couros.....	2:500\$000		2:500\$000
»	31	Bazares.....	500\$000		500\$000
»	33	Fabrica de refinar assucar.....	600\$000		600\$000
»	37	Idem de anho.....	1:050\$000	1:095\$853	2:145\$853
»	38	Idem de perfumarias.....	100\$000	75\$000	175\$000
»	39	Idem de velas.....	600\$000		600\$000
»	40	Idem de chocolate.....	150\$000		150\$000
»	41	Idem de macarrao.....			
»	42	Idem de gdo, gazozas, etc.....	316\$066	100\$000	150\$000
»	43	Fabrica de telhas, tijollos, etc.....	275\$000	399\$989	1:005\$000
»	44	Idem de licores, etc.....	100\$000		716\$065
»	46	Idem de colla, etc.....	100\$000		275\$000
»	47	Moinhos de café, etc.....	50\$000		100\$000
»	48	Padarias.....	1:543\$332	939\$166	50\$000
»	49	Idem pastelarias.....	3:641\$664		2:482\$498
»	50	Salgaceiras, cortume.....	1:575\$000	300\$000	4:392\$230
»	51	Cabelleiros.....	1:250\$000		1:375\$000
»	52	Armadores.....	523\$000	983\$735	1:250\$000
»	53	Alfaiates.....	260\$000	200\$213	1:509\$785
»	54	Photographies.....	1:663\$000	150\$000	480\$203
»			225\$000	100\$000	1:815\$000
»					325\$000

Artigos	SS	RECEITA Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907	EXERCICIOS		TOTAL
			CORRENTE	FINDO	
5		Serarias...	100\$000	200\$000	100\$000
>	56	Tinturarias...	262\$500		402\$500
>	57	Fabrica de cigarros e charutos.	3.300\$000		3.300\$000
>	58	Idem de rapé.	1.000\$000		1.000\$000
>	59	Idem de cerveja.	200\$000		200\$000
>	60	Idem de vinagre.	833\$332		833\$332
>	61	Idem de officina.	5.110\$000	1.110\$000	6.220\$000
>	62	Officinas diversas.	2.490\$000	1.275\$000	3.765\$000
>	63	Medico, advogado, etc.	1.859\$164	835\$000	2.694\$164
>	64	Leiloeiros...	200\$000		200\$000
>	65	Escritorio de medico, etc.	320\$000	80\$000	400\$000
>	66	Modistas, etc.	150\$000	25\$000	175\$000
>	68	Estabelecimento de ensino secundario.	155\$000	50\$000	205\$000
>	69	Afinador de pianos.	20\$000		20\$000
>	70	Corretores de fundos	500\$000	100\$000	600\$000
>	71	Ajudante de corretor	150\$000		150\$000
>	72	Interprete, etc.	25\$000		25\$000
>	73	5 % sobre vencimentos de directores, etc.	24.072\$160	3.385\$339	27.457\$500
>	74	Dinheiro sobre hypotheca.	64\$000		64\$000
>	76	Quilandas	354\$333	255\$250	609\$583
>	78	10 e 15 % de multas	11.573\$706	34.210\$251	45.783\$957
>	81	Depositos de materiaes.	100\$000		100\$000
>	6	a Kerosene	17.997\$000		17.997\$000
>	b Breu	1.449\$500			1.449\$500
>	e Enxofre	18\$000			18\$000
>	f Gaxolina	15\$200			15\$200
>	h Gado abatido no Retiro.	89.604\$000			89.604\$000
>	k Idem, idem no Barbalho.	9.190\$500			9.190\$500
>	l Fatos ou fressuras	2.106\$100			2.106\$100

Ativos	SS	RECEITA Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907	EXERCICIOS		TOTAL
			CORRENTE	FINDO	
5	m	Giado condemnado.	332\$000		332\$000
»	n	Idem registrado em Campinas.	7.467\$000		7.467\$000
»	j	Idem sahido vivo	19\$000		19\$000
7		Imposto sobre embarcações	4.580\$500		4.580\$500
8	1	Emolumentos de titulos	1.146\$353		1.146\$353
»	2	3 e/2 sobre nomeação Interini.	277\$681		277\$681
»	3	Registro de titulos, etc.	320\$000		320\$000
»	4	Apesallias de titulos, etc.	650\$000		650\$000
»	5	Termos de finanças, etc.	360\$000		370\$000
»	6	1/2 e/6 sobre depositos	9\$640	10\$000	9\$640
»	7	Termas diversos	2.416\$000		2.416\$000
»	8	1 e/6 sobre o valor do contracto.	495\$300		495\$300
»	9	Certidões.	1.717\$000		1.717\$000
»	10	Inhumações nos Cemiterios	61\$000		61\$000
»	11	Visto de plantas.	304\$000		304\$000
»	12	Valor locativo dos predios.	2.350\$000		2.350\$000
»	14	Titulos de foreiros.	50\$000		50\$000
»	15	Termo de arrendamento	40\$000		40\$000
»	16	Registro de procurações	1.314\$000		1.314\$000
»	17	Idem de petições	4.183\$000		4.183\$000
9	1	Licença para edificar	3.650\$000		3.650\$000
»	2	Idem em virtude de posturas.	3.045\$600		3.045\$600
»	3	Idem para talhoes	5.125\$000		5.200\$000
»	4	Idem idem gamellas, etc.	1.270\$000	75\$000	1.270\$000
»	6	Idem idem carroços, etc.	36.050\$000		36.150\$000
»	7	Idem idem carrocinhas.	100\$000		100\$000
»	9	Idem idem caixas com fazendas	12.600\$000		12.600\$000
»	10	Idem idem vendeedores com fazendas	7.700\$000		7.700\$000
»	11	Idem idem vendedor de calçados	2.350\$000		2.350\$000

RECEITA		EXERCICIOS		TOTAL
Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907		CORRENTE	FINDO	
5	m	332\$000		332\$000
6	n	7.467\$000		7.467\$000
7	j	19\$000		19\$000
8	1	4.590\$500		4.590\$500
9	2	1.146\$353		1.146\$353
10	3	277\$681		277\$681
11	4	320\$000		320\$000
12	5	650\$000		650\$000
13	6	360\$000		360\$000
14	7	98\$640	10\$000	98\$640
15	8	2.416\$000		2.416\$000
16	9	495\$300		495\$300
17	10	1.717\$000		1.717\$000
18	11	61\$000		61\$000
19	12	304\$000		304\$000
20	13	2.350\$000		2.350\$000
21	14	50\$000		50\$000
22	15	40\$000		40\$000
23	16	1.344\$000		1.344\$000
24	17	4.183\$000		4.183\$000
25	18	3.650\$000		3.650\$000
26	19	3.045\$000		3.045\$000
27	20	5.125\$000		5.200\$000
28	21	1.270\$000	75\$000	1.270\$000
29	22	36.050\$000		36.050\$000
30	23	100\$000		100\$000
31	24	12.600\$000		12.600\$000
32	25	7.700\$000		7.700\$000
33	26	2.350\$000		2.350\$000

Artigos	SS	RECEITA Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907	EXERCÍCIOS		TOTAL
			CORRENTE	FINDO	
9		Idem idem pequenos calzinhas.....	595\$000		595\$000
»		Idem idem vendedores de ovos, etc.....	650\$000		650\$000
»		Idem idem vender fogos, etc.....	60\$000		60\$000
»		Idem idem dem espiritos fortes, etc.....	170\$000		170\$000
»		Idem idem dem artigos de Carnaval.....	60\$000		60\$000
»		Idem idem dem refrecos, etc.....	40\$000		40\$000
»		Idem idem zurrupgem particular.....	75\$000		75\$000
»		Idem idem guindastes.....	1.500\$000	175\$000	1.675\$000
»		Idem idem lively, pulanque, etc.....	235\$000		235\$000
»		Idem idem armar circo, etc.....	150\$000		150\$000
»		Idem idem balles carnavalescos.....	250\$000		250\$000
»		Idem idem espectáculos.....	2.325\$000		2.325\$000
»		Licença para espectáculos dramaticos.....	920\$000		920\$000
»		Idem idem idem de amadores.....	10\$000		10\$000
»		Idem idem concertos.....	150\$000		150\$000
»		Idem idem idem cinematographicos, etc.....	1.355\$000		1.355\$000
»		Idem idem idem fogo, bandeiras, etc.....	35\$000		35\$000
»		Idem idem idem animal para agua.....	2.915\$000	10\$000	3.005\$000
»		Idem idem idem disticos, etc.....	3.215\$000	575\$000	3.790\$000
»		Idem idem idem explorar pedreira.....	100\$000		100\$000
»		Idem idem idem estubulos.....	2.900\$000	30\$000	2.930\$000
»		Idem idem idem carros annuncios.....	50\$000		50\$000
»		Idem idem idem todos.....	2.420\$000		2.420\$000
»		Idem idem idem affixar cartazes.....	40\$000		40\$000
»		Idem idem idem armar andalmes.....	300\$000		300\$000
»		Idem idem idem tabolettas, etc.....	187\$500		187\$500
»		Idem idem idem tabolettas.....	12.205\$000	5\$000	12.210\$000
»		Idem idem idem de talles, estabulos, etc.....	2.770\$000	20\$000	2.790\$000
»		Idem idem idem de casa de negocio.....	2.710\$000		2.710\$000

32717

RECEITA

Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907

§§

EXERCICIOS

TOTAL

FINDO

CORRENTE

51	Transferencia de casa de negocio.....	570\$000	1:000\$000	570\$000
53	Empreza telephonica.....	80\$800	193\$400	1:000\$000
57	Terreno com capim.....	20\$000		280\$400
58	Licença para fazer cerea.....	690\$000		20\$000
60	Termo de victoria previla.....	51:287\$093	4:746\$781	690\$000
61	7 % addiconaca, etc.....	1:520\$000		56:033\$874
R. D.	Infracção do Regulamento da Decima Urana.....	40\$000		1:520\$000
	Chapa para carroças.....	8\$000		40\$000
	Idem idem taboleiros.....		8\$316	8\$000
58	Arena de terreno inutil.....	14\$000		8\$316
	Chapa para carroceiros.....			14\$000
	Importancia que veio da lei n. 25.....	4:786:712\$184	327:513\$795	5:114:225\$979
				30:145\$394

DESPESA

1	Subaldio do Intendente.....	3:000\$000		
2	Secretaria do Conselho.....	14:832\$898		
3	Idem da Intendencia.....	12:208\$662		
4	Publicações, expediente, etc.....	26:931\$482		
5	Tombamento.....	4:500\$000		
6	Bibliotheca.....	6:134\$996		
7	Thesouro Municipal etc.....	30:431\$664		
8	Collectoria.....	2:200\$000		
9	Cantagallo.....	4:119\$700		
10	Matadouro do Retiro.....	23:341\$331		
11	Idem do Barbalho.....	2:796\$663		
12	Aferição.....	3:773\$328		
13	Directoria de Obras.....	21:463\$325		
14	Inspectoria de Hygiene.....	24:687\$345		

Unico

11

SS

DESPESA Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907

Unico

EXERCICIOS

TOTAL

FINDO

CORRENTE

15	Contencioso.....	9.848\$333
16	Corpo de Bombeiros.....	45.850\$800
16	Aquisição de material, etc.....	4.913\$280
17	Pescaria de traças.....	8.100\$000
18	Passo primário municipal, etc.....	111.498\$653
19	Aposentados.....	8.748\$457
20	Obras municipais.....	91.052\$444
22	Asilo de Cade.....	190.727\$913
23	Factos municipais.....	3.324\$000
24	Alimentação de presos, etc.....	1.532\$260
28	Iluminação pública.....	48.786\$938
48	Custas e quotas judiciais.....	1.518\$000
49	Reduções, percentagens, etc.....	48.555\$669
51	Empréstimos.....	11.779\$300
52	Exercícios Antigos.....	909.859\$128
53	Artigo 10 das Disposições Gerais do Orçamento.....	1.500\$000
55	Artigo 7 das Disposições Gerais do Orçamento.....	6.777\$650
55	Artigo 15 de 11 de Fevereiro de 1906.....	78.850\$000
56	Artigo 15 de 11 de Fevereiro de 1906.....	733.335\$726
57	Artigo 15 de 11 de Fevereiro de 1906.....	175.000\$000
58	Artigo 15 de 11 de Fevereiro de 1906.....	200\$000
58	Artigo 15 de 11 de Fevereiro de 1906.....	1.685.335\$981
58	Artigo 15 de 11 de Fevereiro de 1906.....	768.861\$190

5.129.644\$206
14.727\$167

Receita do Período Adicional

8.834\$750
675\$440
2.540\$000

1
»
»

12	Arresto de fix.....
15	Alaudo de S. José da Matia.....
19	Multas por infracções de leis, etc.....

Até

RECEITA

Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907

EXERCICIOS

TOTAL

CORRENTE FINDO

1	23	Collectorias.....	100:450\$845		1:800\$084	
x	25	Eventual (letras, etc.)	35\$000		135:132\$500	
x	26	Idem (Movimento de Bancos)	50\$000		137:000\$000	
3	1 d 51	Infracções de posturas, etc.	924\$365		68\$000	
4	1	Imposto de cues	700\$000		219\$820	
x	3	Declina urbana	240\$000			286:360\$604
x	3	Cuan unica	250\$000			
x	4	Isenção de declina	150\$000			
5	1	14 o/o sobre compra ou venda	15\$000			
x	2	Addicionaes sobre fumo, etc.	15\$000			
x	3	Idem, idem, jolas, crystacs, etc.	220\$000			
x	10	Tapichea	30\$000			
x	23	Pharmacias	55\$000			
x	34	Fabrica de perfumarias	60\$000			
x	51	Cifelna de cabellelrelo	1:427\$552			
x	53	Idem de alfute	231\$600			
x	61	Fabricas e officinas	1:800\$000			
x	62	Officinas diveras	112\$500			
x	63	Medicos, advogados, etc.	37\$500			
x	76	Quindus	5\$000			
x	78	10 e 15 o/o de mulhas, etc.	150\$000			
6	a	Kerozene	88\$866			
x	h	Cado abatido no Retiro	10\$000			
x	k	Idem Idem no Barbalho				
x	l	Fressuras ou futos				
x	m	Cado condemnado				
x	n	Idem registrado em Campinas				
x	1	Emolumentos de titulos				
8	5	Terno de fiança				
						167:408\$228

RECEITA

Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907

TOTAL

EXERCICIOS

CORRENTE

FINDO

10\$000
2\$000
5\$000
40\$000
5\$000
15\$000
988\$571

454.834\$403
14.727\$167
469.561\$570

DESPESA

1:157\$956
2:161\$886
2:765\$000
700\$000
308\$333
2:925\$000
200\$000
776\$000
2:000\$686
166\$666
943\$332
2:479\$999
2:666\$664
350\$000
3:225\$600
616\$900
450\$000
21:768\$908
700\$000
7:182\$640

7 Termo de obrigação.
11 Viato de planta.
19 Valor locativo de predio.
1 Licença para edificar.
94 Idem idem palanque.
34 Idem idem daticoes.
61 7 1/2 % adicionais, etc.
Saldo que passou para o « Período adicional ».

2 Secretaria do Conselho.
3 Item da Intendencia.
4 Publicações, expediente.
5 Tombamento.
6 Bibliotheca.
7 Thesouro Municipal, etc.
8 Collectoria.
9 Cantagallo.
10 Matadouro do Retiro.
11 Item do Barbalho.
12 Aferição.
13 Directoria de Obras.
14 Inspectoria de Hygiene.
15 Contencioso.
16 Corpo de Bombeiros.
17 Aquisição de material, etc.
18 Escolas districtaes.
19 Ensino primario municipal.
20 Aposentados.
21 Outras municipaes.

Artigos	R\$	DESPEZA Lei n. 871 de 28 de Dezembro de 1907	EXERCÍCIOS		TOTAL
			CORRENTE	FINDO	
28		Assento da Cidade etc.	34:639\$500		
44		Quotas e quotas judicarias	180\$200		
49		Restituições, porcentagens, etc.	9:333\$467		
51		Eventos	113\$300		
55		Juros da divida consolidada	30:907\$200		
56		Ressgate	45:000\$000		
58		Juros da Lei n. 120 de 11 de Fevereiro de 1905.	137:420\$960		
		The British Bank of South America Limited (Juros c/c)	92\$500		
		Saldo que passa para o Exercício corrente			311:011\$377
					154:550\$193

Contador da Municipal, 10 de Fevereiro de 1909. (Assignados)—*Hermilio Audactio Bernardes*, pelo Escrevendo.
João da Silva Miranda, Thesoureiro.

Quadro dos creditos orçamentarios, concedidos pela Lei 1.871 de 28 de Dezembro de 1907 e dos supplementares votados durante o exercicio de 1908, inclusive o periodo adicional

Artigos	§§	RUBRICAS	Consignações	Despendida	SALDO	OBSERVAÇÕES	Consignações	Despendida	SALDO
Unico	1	Subsidio do Intendente.....	12:000\$000						
	2	Secretaria do Conselho.....	44:520\$000	30:000\$000	9:000\$000				
	3	Secretaria da Intendencia.....	43:540\$000	13:818\$944	28:538\$056				
	4	Publicações, eleições, expediente das Secretarias e demais repartições.....	64:000\$000	14:068\$328	20:171\$672				
	5	Tombamento Municipal.....	14:800\$000	3:000\$482	30:603\$518				
	6	Bibliotheca Municipal.....	13:500\$000	5:200\$000	9:600\$000				
	7	Thesouro Municipal (Director).....		6413\$325	7:056\$671				
	a	Contadoria.....							
	b	Recebedoria.....	103:320\$000	13:306\$064	69:963\$300				
	8	Collectoria.....							
	9	Deposito do Cantagallo.....	2:400\$000	2:000\$000					
	10	Matadouro do Retiro.....	23:160\$000	4:205\$700	18:264\$300				
	11	Matadouro do Barbalho.....	46:570\$000	26:548\$407	20:055\$503				
	12	Aferição.....	8:940\$000	2:203\$329	6:026\$671				
	13	Directoria de Obras.....	11:020\$000	4:706\$060	7:203\$340				
	14	Inspectoria de Hygiene.....	71:340\$000	23:003\$324	47:396\$676				
	15	Contencioso.....	88:000\$000	27:331\$009	61:265\$991				
	16	Corpo de Bombeiros.....	31:380\$000	10:188\$333	21:481\$667				
	17	Corpo de Fiscaes districtaes.....	110:224\$000	5:100\$580	55:617\$420	Inclusive 5:53\$180 de aquisição de materiaes.			
	18	Ensino primario Municipal, professores activos, inactivos e alumnos pensionistas do Instituto Normal.....	22:740\$000	8:500\$000	14:190\$000				
	19	Aposentados.....	60:000\$000	132:227\$561	467:732\$439				
	20	Obras Municipaes.....	30:000\$000	9:143\$457	20:553\$543				
	21	Continuação dos Caes do Porto dos Tainheiros, Lenha, Bomfim, Paciencia, conservação e melhoramentos dos demais.....	30:000\$000	101:771\$924	198:228\$076				
	22	Asseio da Cidade.....	60:000\$000		60:000\$000				
	23	Festejos nacionaes e outros a que está obrigado o Municipio.....	373:335\$000	225:128\$413	147:907\$587				
	24	Alimentação de presos d'este Municipio recolhidos à Casa de Correção.....	6:000\$000	3:324\$000	2:676\$000				
	25	Districtos suburbanos, Illuminação, Melhoramentos materiaes e Hygienicos.....	30:000\$000	1:532\$200	28:467\$740				
	26	Illuminação publica.....	21:500\$000		21:500\$000				
	27	Asylo de Mendicidade.....	370:000\$000	48:786\$038	321:213\$962				
	28	Asylo dos Expostos.....	70:000\$000		70:000\$000				
	29	Auxilio ao Monte-Pio dos Funcionarios Municipaes.....	4:000\$000		4:000\$000				
	30	Subvenção ao Centro Operario.....	2:000\$000		2:000\$000				
	31	Idem ao Gremio Beneficente do Professorado Baliano.....	1:500\$000		1:500\$000				
	32	Idem ao Orphanato Pia União Jesus, Maria José.....	200\$000		200\$000				
	33	Corpo de Bombeiros para inicio de seu Monte-Pio.....	250\$000		250\$000				
	34	Subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia.....	4:000\$000		4:000\$000				
	35	Idem ao Gremio Literario.....	500\$000		500\$000				
	36	Idem à Sociedade Beneficente de Sant'Anna.....	500\$000		500\$000				
	37	Auxilio às obras do Lyceu Salesiano.....	250\$000		250\$000				
	38	Subvenção ao Educandario de Santa Thereza.....	1:500\$000		1:500\$000				
	39	Idem à Escola de Bellas Artes.....	250\$000		250\$000				
	40	Auxilio annual aos Salesianos, de accordo com a Lei n. 412, de 20 de Abril de 1900.....	1:000\$000		1:000\$000				
	41	Subvenção ao Monte-Pio.....							

Mapa demonstrativo do movimento na 3ª Secção do Thesouro Municipal de Aferição e Revisão de pesos e balanças no corrente exercício.

Aferição	Compareceram de 2 de Janeiro a 30 de Junho 1.286 contribuintes, sendo a receita arrecadada.	16:409\$516
Revisão	Compareceram de 1º de Julho a 31 de Dezembro 1.215 contribuintes, sendo a receita arrecadada	17:060\$294
	Total	33:469\$810

Bahia e Secção do Thesouro Municipal, 30 de Dezembro de 1908.

(Assignado: *Fraterno Moraes*, Aferidor de pesos e balanças.

Mappa demonstrativo do movimento na 3ª Secção do Thesouro Municipal de Aferição e Revisão de medidas durante o corrente exercicio

Aferição	Compareceram de 2 de Janeiro a 30 de Junho 1.384 contribuintes, sendo a receita arrecadada	15:652,8941
Revisão	Compareceram de 1º de Julho a 30 de Dezembro 1.227 contribuintes, sendo a receita arrecadada	15:495,8450
	Total	3:148,7391

Bahia e 3ª Secção do Thesouro Municipal, 30 de Dezembro de 1908,

(Assignado) *Domingos Monteiro de Mendonça*, Aferidor de medidas.

Demonstrativo da renda arrecadada pela Collectoria Municipal durante o exercício de 1900

MEZES

	Imposto de 5% sobre o valor dos predios	Imposto de industria e profissao	Rezos abatidas	Sangria de porcos	Averbação	Predios em ruinas	Imposto de casa unica	Certidão	Registro	Adicional	Multas	TCTA
Periodo adicional.	319\$000	83\$000	18\$000									
Janeiro.	110\$100	40\$000	6\$000	8\$000	60\$000					5\$000	21\$034	246
Fevereiro.	123\$000		42\$000	4\$000	60\$000		10\$000			5\$700	43\$025	272
Março.	509\$400		108\$000	38\$000						6\$940	19\$000	254
Abril.	153\$900	600\$000	24\$000	9\$000	40\$000					8\$100	62\$280	725
Maió	119\$700	1550\$790	24\$000	2\$000						35\$610	24\$547	931
Junho	838\$400	249\$990	12\$000	2\$000	60\$000					100\$087	51\$840	3859
Julho	181\$000	50\$000	6\$000		20\$000					21\$362	60\$216	2838
Agosto	57\$000		33\$000	1\$000	120\$000					5\$020	52\$185	3638
Setembro.	214\$200		9\$000	3\$000	40\$000					10\$780	7\$770	2038
Outubro	88\$800	1022\$470	18\$000	1\$000	60\$000					3\$640	20\$361	3318
Novembro	37\$400	453\$330	48\$000	5\$000						77\$790	21\$155	1334
Dezembro	910\$700		54\$000	15\$000	180\$000					26\$548	112\$083	10228
										17\$980	100\$666	1259\$
	33996\$600	4049\$810	402\$000	88\$000	640\$000	207\$782	31\$000	2\$800	10\$000	330\$632	600\$000	R\$. 51-68

Discriminação da renda por districtos

Districto de Piauí	25520\$400	2221\$640	267\$000	42\$000	540\$000	207\$782	31\$000	10\$000	10\$000	201\$221	309\$825	330\$8
Idem Paraíba.	374\$700	440\$825	123\$000	36\$000	40\$000			5\$000		42\$367	20\$076	90-181
Idem Cotogipe.	252\$000	674\$135						10\$000		47\$987	82\$769	10008
Idem Passó.	283\$100	259\$980	12\$000	10\$000	20\$000					21\$558	55\$882	60282
Idem Maré.	15\$600	103\$330								5\$166	13\$439	15787
Idem Itapom.	421\$800	360\$000			40\$000					18\$356	111\$190	15181
Idem Matoin	129\$000										13\$170	14281
	33996\$600	4049\$910	402\$000	88\$000	640\$000	207\$782	31\$000	2\$800	10\$000	330\$632	600\$000	R\$. 51-68

Collectoria Municipal, 31 de Dezembro de 1900.

Assignados) O Collector Aurelio José Leite.

O Escrivão—Victor Alves.